

Minuta do Aviso de Abertura do Concurso

Aviso de Abertura do Concurso para Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento

O ICT – Instituto de Ciências da Terra, UIDP/04683/2020, através da sua instituição promotora Universidade de Évora (UE) abre concurso para atribuição de 1 (uma) bolsa de investigação, adiante designada por Bolsa de Investigação para Doutoramento, ou somente de “Bolsa”, na área de Engenharia Mecânica – Termofluidos e Energia, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) e do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI).

As bolsas serão financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D Instituto de Ciências da Terra, UIDP/04683/2020.

1. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

O concurso está aberto entre **17 de novembro de 2023 e as 23h59m (hora de Lisboa) de 30 de novembro de 2023.**

As candidaturas e os documentos de suporte à candidatura previstos no presente Aviso de Abertura de Concurso devem ser submetidos, obrigatoriamente, por correio eletrónico enviado para o coordenador do painel de avaliação, o Professor Doutor Mourad Bezzeghoud, Coordenador do Polo de Évora do Instituto de Ciências da Terra (mourad@uevora.pt).

Cada candidato poderá submeter apenas uma candidatura, sob pena de cancelamento de todas as candidaturas submetidas.

A prestação de falsas declarações ou a realização de atos de plágio por parte dos candidatos é motivo para cancelamento da candidatura sem prejuízo da adoção de outras medidas de natureza sancionatória.

2. TIPO E DURAÇÃO DAS BOLSAS

A presente bolsa de investigação para doutoramento destina-se a financiar a realização, pelo bolseiro, de atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor em universidades portuguesas.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor decorrerão no Polo de Évora do Instituto de Ciências da Terra, a qual será a instituição de acolhimento do bolseiro, sem prejuízo dos trabalhos poderem ser realizados em colaboração entre mais do que uma instituição.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor do bolseiro selecionado devem estar enquadradas no plano de atividades e estratégia do Instituto de Ciências da Terra, e devem ser desenvolvidas no âmbito de um Programa de Doutoramento da Universidade de Évora, preferencialmente, do Programa de Doutoramento em Engenharia Mecatrónica e Energia da Universidade de Évora.

O plano de trabalhos poderá decorrer integralmente ou de forma parcial numa instituição nacional (bolsa no país ou bolsa mista, respetivamente).

A duração das bolsas é, em regra, anual, renovável até ao máximo de quatro anos (48 meses), não podendo ser concedida bolsa por um período inferior a 3 meses consecutivos.

No caso de bolsa mista, o período do plano de trabalhos que decorra numa instituição estrangeira não pode ser superior a 24 meses.

3. DESTINATÁRIOS DAS BOLSAS

A Bolsa de Investigação para Doutoramento destina-se a candidatos inscritos ou a candidatos que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem no Programa de Doutoramento em Engenharia Mecatrónica e Energia da Universidade de Évora e que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor no Polo de Évora do Instituto de Ciências da Terra.

4. ADMISSIBILIDADE

4.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

Para concorrer à Bolsa de Investigação para Doutoramento é necessário:

- Ter formação académica, nas áreas de Engenharia Mecânica – Termofluidos e Energia, Engenharia de Energias Renováveis ou Engenharia da Energia Solar, ou em áreas consideradas afins, com um dos seguintes graus:
 - Licenciatura pré-Bolonha;
 - Mestrado pré-Bolonha;
 - Mestrado pós-Bolonha.
- Residir de forma permanente e habitual em Portugal à data de início do período do plano de trabalhos no estrangeiro, caso o plano de trabalhos proposto para a bolsa inclua um período em instituições estrangeiras (bolsas mistas), requisito aplicável tanto a cidadãos nacionais como a cidadãos estrangeiros.
- Não ter beneficiado de uma bolsa de doutoramento ou de doutoramento em empresas diretamente financiada pela FCT, independentemente da sua duração.
- Não ser detentor do grau de Doutor

4.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- Elementos do bilhete de identidade/cartão de cidadão/passaporte;
- *Curriculum vitae* do candidato;

- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando obrigatoriamente a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas, ou, em alternativa, declaração de honra do candidato em como concluiu o grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura;
- Registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa, ou, em alternativa, declaração de honra do candidato em como obteve o reconhecimento do grau estrangeiro equivalente ao de licenciado ou mestre com efeitos ao final do prazo de candidatura;
- Carta de motivação;
- Cartas de Recomendação (duas);
- Redigir a candidatura e todos os documentos a ela associados, incluindo as cartas de motivação e recomendação, em língua portuguesa ou em língua inglesa.

Relativamente aos requisitos de admissibilidade acima mencionados faz-se notar o seguinte:

- No caso de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, e por forma a garantir a aplicação do princípio da igualdade de tratamento a candidatos que detêm graus académicos estrangeiros e nacionais, é obrigatório o reconhecimento desses graus e a conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa.

O reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros bem como a conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa pode ser requerido em qualquer instituição de ensino superior pública, ou na Direção-Geral do Ensino Superior (DGES, apenas para o caso do reconhecimento automático). Relativamente a esta matéria, sugere-se a consulta do portal da DGES através do seguinte endereço: <http://www.dges.gov.pt>.

- Só serão admitidos candidatos que tenham concluído o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura. Caso ainda não disponham da certidão de conclusão de curso, será aceite declaração de honra dos candidatos em como concluíram as habilitações necessárias para efeitos do concurso até ao final do prazo de candidatura. A concessão da bolsa está condicionada à apresentação, em fase de contratualização, dos comprovativos da titularidade das habilitações académicas.

5. PLANOS DE TRABALHO E ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DAS BOLSAS

O plano de trabalho, enquadrado no plano de atividades e na estratégia da Unidade de I&D, incide sobre o tema:

- Modelação e otimização de recetores solares térmicos volumétricos de materiais porosos em sistemas de concentração linear

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E BONIFICAÇÕES

6.1 Critérios de Avaliação

A avaliação tem em conta o mérito do candidato. As candidaturas consideradas admissíveis serão

pontuadas numa escala de 0 a 5 em cada um dos seguintes critérios de avaliação:

- Critério A – Avaliação curricular, com o peso de 70%;
 - Subcritério A1 – Formação Académica, com o peso de 60%, em que A1 assume os valores referidos abaixo, tendo por base a classificação com que os candidatos concluíram o grau académico previsto em “4.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato” (0 a 5 valores):
 - 5,0 para uma classificação final igual ou superior a 17 valores;
 - 4,0 para uma classificação final igual a 16 valores;
 - 3,0 para uma classificação final igual a 15 valores;
 - 2,0 para uma classificação final igual a 14 valores;
 - 1,0 para uma classificação final igual ou inferior a 13 valores.

No caso dos candidatos que possuam formação académica pré-Bolonha, aplicam-se as seguintes regras:

- No caso de o candidato possuir licenciatura e mestrado pré-Bolonha, para efeitos de classificação académica de acesso ao presente concurso, será calculada a média aritmética das classificações obtidas nas referidas formações;
- No caso de o candidato possuir mestrado pré-Bolonha cuja avaliação tenha sido de forma qualitativa, para efeitos de classificação académica de acesso ao presente concurso, será atribuída a classificação da licenciatura pré-Bolonha;
- No caso de o candidato possuir apenas licenciatura pré-Bolonha, para efeitos de classificação académica de acesso ao presente concurso, será considerada a respetiva nota final.

○ Subcritério A2 – Currículo Pessoal, com peso de 40%, em que se considera o percurso académico, científico, profissional e cívico dos candidatos de acordo com o Curriculum Vitae apresentado, incluindo os resultados académicos que não foram contemplados para o cálculo do subcritério A1, assim como a carta de motivação e as cartas de recomendação, assumindo A2 um valor igual à soma dos valores atribuídos em cada um dos critérios seguintes, de acordo com $A2 = A2.1 + A2.2 + A2.3 + A2.4$ (0 a 5 valores):

- A2.1 – Produção científica e a sua relevância para o plano de trabalho (0 a 2 valores):
 - 2,0 para os candidatos com pelo menos um artigo científico publicado em revista ou capítulo em livro, na área do concurso e relevantes para o plano de trabalho;
 - 1,0 para os candidatos sem artigos em revista ou capítulos em livro, mas com pelo menos um artigo ou comunicação em conferência científica internacional, na área do concurso e relevantes para o plano de trabalho;
 - 0,0 para os candidatos sem publicações de artigos em revista, capítulos em livros ou artigos ou comunicações em conferências internacionais, na área do

concurso e relevantes para o plano de trabalho.

- A.2.2 – Participação em projetos e atividades de investigação e a sua relevância para o plano de trabalho (0 a 1 valores):
 - 1,0 para os candidatos que tenham desenvolvido atividade científica no último ano civil, na área do concurso e relevante para o plano de trabalho;
 - 0,0 para os candidatos que não tenham desenvolvido atividade científica, na área do concurso e relevante para o plano de trabalho.
- A.2.3 – Formação e experiência profissional e a sua relevância para o plano de trabalho (0 a 1 valores):
 - 1,0 para os candidatos que tenham formação adicional à que foi considerada no critério A1 ou experiência profissional, na área do concurso e relevante para o plano de trabalho;
 - 0,0 para os candidatos que não tenham formação adicional à que foi considerada no critério A1 ou experiência profissional, na área do concurso e relevante para o plano de trabalho
- A.2.4 – Motivação e adequação do perfil do candidato para o desenvolvimento do plano de trabalho (0 a 1 valores):
 - 1,0 para os candidatos cujo perfil é avaliado como adequado para a realização do plano de trabalho e que demonstrem de forma clara na carta de motivação as razões subjacentes à sua candidatura, incluindo o enquadramento do plano de trabalho nos seus objetivos de desenvolvimento pessoal e profissional e o interesse pelos estudos a realizar na área do concurso.
 - 0,0 para os candidatos cujo perfil é avaliado como não sendo adequado para a realização do plano de trabalho ou que não demonstrem de forma clara na carta de motivação as razões subjacentes à sua candidatura, incluindo o enquadramento do plano de trabalho nos seus objetivos de desenvolvimento pessoal e profissional e o interesse pelos estudos a realizar na área do concurso

A classificação no Critério A é traduzida pela seguinte fórmula:

$$\text{Critério A} = 0,6 \times A1 + 0,4 \times A2$$

O valor máximo do Critério A é 5,0.

- Critério B – Entrevista, com o peso de 30%;

Apenas os candidatos que tenham obtido uma classificação igual ou superior a 1,25 pontos no Critério A é que serão admitidos à segunda fase do processo de avaliação de entrevista, cujo objetivo é avaliar a capacidade de os candidatos realizarem o plano de trabalho. A entrevista poderá decorrer de forma presencial ou por videoconferência. A entrevista é classificada numa escala de 0 a 5 valores, de acordo com as seguintes pontuações:

- 5,0 para candidatos unanimemente aprovados pelo Júri;
- 3,0 para candidatos aprovados pela maioria dos membros do Júri;
- 1,0 para candidatos aprovados apenas por uma minoria dos membros do Júri;
- 0,0 para candidatos rejeitados pelo Júri de forma unânime.

Para efeitos da decisão sobre a concessão de bolsas, os candidatos serão ordenados de acordo com a média ponderada da classificação obtida em cada um dos dois critérios, traduzida pela seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final} = (0,7 \times A) + (0,3 \times B)$$

Para efeitos de desempate, a ordenação dos candidatos será efetuada com base nas classificações atribuídas a cada um dos critérios de avaliação pela seguinte ordem de precedência: critério A; critério B.

Aviso importante para candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras:

- Os candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras podem candidatar-se e serão avaliados com os mesmos critérios que os candidatos com diplomas emitidos por instituições portuguesas, desde que apresentem, em candidatura, prova do reconhecimento dos graus académicos e da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa nos termos da legislação aplicável.
- Os candidatos com diplomas estrangeiros reconhecidos que não apresentem prova da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa serão avaliados com a classificação mínima de 0 (zero) pontos no critério A1.
- Em qualquer caso, os contratos de bolsa com candidatos com diplomas emitidos por instituições estrangeiras só serão celebrados mediante a apresentação da prova de reconhecimento dos graus académicos e conversão da classificação final, conforme acima indicado.

6.2 Bonificação

Não aplicável.

7. AVALIAÇÃO

O painel de avaliação dos candidatos é constituído pelos seguintes elementos:

- Doutor Mourad Bezzeghoud, Universidade de Évora (Coordenador do painel)
- Doutor Rui Salgado, Universidade de Évora
- Doutora Isabel Malico, Universidade de Évora
- Doutor Mouhaydine Tlemçani, Universidade de Évora
- Doutor Gonçalo Silva, Universidade de Évora
- 1º Suplente – Doutor Miguel Potes, Universidade de Évora
- 2º Suplente – Doutora Oumaima Mesbahi, Universidade de Évora

O painel de avaliação apreciará as candidaturas de acordo com os critérios de avaliação constantes do presente Aviso de Abertura de Concurso, ponderando os elementos de apreciação.

Todos os membros de painel, incluindo o coordenador, estabelecem o compromisso de respeitar um conjunto de responsabilidades essenciais ao processo de avaliação, tais como os deveres da imparcialidade, da declaração de quaisquer potenciais situações de conflito de interesses e da confidencialidade. Em todos os momentos do processo de avaliação, a confidencialidade é totalmente protegida e assegurada de modo a garantir a independência de todos os pareceres produzidos.

Para cada candidatura será produzida, pelo painel, uma ficha de avaliação final onde de forma clara, coerente e consistente sejam apresentados os argumentos que conduziram às classificações atribuídas a cada um dos critérios e subcritérios de avaliação, explicitando ainda eventuais bonificações atribuídas.

Das reuniões do painel de avaliação será produzida ata da responsabilidade de todos os seus membros.

A ata e os seus anexos devem incluir, obrigatoriamente, a seguinte informação:

- Nome e afiliação de todos os membros do painel de avaliação;
- Identificação de todas as candidaturas excluídas e respetiva fundamentação, caso aplicável;
- Metodologia adotada pelo painel para casos considerados particulares, caso aplicável;
- Fichas de Avaliação Final de cada candidato;
- Lista provisória de classificação e seriação dos candidatos, por ordem decrescente da classificação final, de todas as candidaturas avaliadas pelo painel;
- Declarações de CDI de todos os membros do painel;
- Eventuais delegações de voto e competências por motivo de ausência justificada, caso aplicável.

8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da avaliação são comunicados via e-mail para o endereço de correio eletrónico utilizado pelo candidato para remessa da candidatura/indicado na candidatura.

9. PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, RECLAMAÇÃO E RECURSO

Após comunicação da lista provisória dos resultados da avaliação, os candidatos dispõem de um período de 10 (dez) dias úteis para, querendo, se pronunciarem em sede de audiência prévia de interessados, nos termos dos artigos 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

A decisão final será proferida após a análise das pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia de interessados. Da decisão final pode ser interposta reclamação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ou, em alternativa, interposto recurso no prazo de 30 (trinta) dias úteis, ambos contados a partir da respetiva notificação. Os candidatos que optarem por submeter reclamação devem dirigir a sua pronúncia ao membro do Conselho Diretivo da FCT com competência delegada. Os candidatos que optarem por apresentar recurso devem dirigir o mesmo ao Conselho Diretivo da FCT.

10. REQUISITOS DE CONCESSÃO DE BOLSA

O contrato de bolsa de investigação é celebrado diretamente com a FCT.

Os seguintes documentos terão de ser obrigatoriamente remetidos, aquando da eventual concessão da

bolsa, para efeitos da sua contratualização:

- a) Cópia do(s) documento(s) de identificação civil, fiscal e, quando aplicável, de segurança social¹
- b) Cópia dos certificados de habilitações dos graus académicos detidos;
- c) Apresentação do registo de reconhecimento dos graus académicos estrangeiros e conversão das respetivas classificações finais para a escala de classificação portuguesa, caso aplicável;
- d) Plano de trabalhos;
- e) Documento comprovativo de matrícula e inscrição num dos Programas de Doutoramento identificados no presente Aviso;
- f) Declaração do(s) orientador(es) assumindo a responsabilidade pela supervisão do plano de trabalhos, nos termos do artigo 5.º-A do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- g) Documento comprovativo de aceitação do candidato por parte da instituição onde decorrerão as atividades de investigação, garantindo as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento, bem como o cumprimento dos deveres previstos no artigo 13.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- h) Documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);

A concessão da bolsa encontra-se ainda dependente:

- do cumprimento dos requisitos previstos no presente Aviso de Abertura;
- do resultado da avaliação;
- da inexistência de incumprimento injustificado dos deveres do bolseiro no âmbito de anterior contrato de bolsa financiada, direta ou indiretamente, pela FCT;
- da disponibilidade orçamental da FCT.

A falta de entrega de algum dos documentos necessários para completar o processo de contratualização da bolsa, no prazo de 6 meses a partir da data de comunicação da decisão de concessão condicional da bolsa, implica a caducidade da referida concessão e o encerramento do processo.

11. FINANCIAMENTO

O pagamento das bolsas terá início após a devolução, pelos candidatos, do contrato de bolsa devidamente assinado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

A bolsa atribuída no âmbito do presente concurso é financiada pela FCT com verbas do Orçamento de Estado e, quando elegíveis, com verbas do Fundo Social Europeu, através do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI), de acordo com as disposições regulamentares fixadas para o efeito.

¹ A disponibilização destes documentos pode ser substituída, por opção do candidato, pela apresentação presencial na entidade financiadora, a qual guardará os elementos constantes dos mesmos que sejam pertinentes para a validade e execução do contrato, incluindo os números de identificação civil, fiscal e de segurança social, bem como a validade dos respetivos documentos.

12. COMPONENTES DA BOLSA

Ao bolsheiro é atribuído um subsídio mensal de manutenção nos termos da tabela constante do Anexo I do Regulamento de Bolsas de Investigação (RBI) em vigor.

A bolsa pode ainda incluir outras componentes, nos termos que constam do artigo 18º do RBI e pelos valores previstos no seu Anexo II.

O bolsheiro beneficia de um seguro de acidentes pessoais relativamente às atividades de investigação, suportado pela FCT.

Caso o bolsheiro não se encontre abrangido por qualquer regime de proteção social, pode assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, assegurando a FCT os encargos resultantes das contribuições nos termos e com os limites previstos no artigo 10º do EBI.

13. PAGAMENTOS DAS COMPONENTES DA BOLSA

Os pagamentos devidos ao bolsheiro são efetuados através de transferência bancária para a conta por este identificada. O pagamento do subsídio mensal de manutenção é efetuado no primeiro dia útil de cada mês.

Os pagamentos das componentes de inscrições, matrículas ou propinas são efetuados pela FCT diretamente à instituição nacional onde o bolsheiro esteja inscrito ou matriculado no doutoramento.

14. TERMOS E CONDIÇÕES DE RENOVAÇÃO DA BOLSA

A renovação da bolsa depende sempre de pedido apresentado pelo bolsheiro, nos 60 dias úteis anteriores à data de início da renovação, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) pareceres emitidos pelo/s orientador/es e pela/s entidade/s de acolhimento sobre o acompanhamento dos trabalhos do bolsheiro e a avaliação das suas atividades;
- b) documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva;
- c) documento comprovativo de renovação da inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.

15. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO

Em todas as atividades de I&D direta ou indiretamente financiadas pela bolsa, nomeadamente, em todas as comunicações, publicações e criações científicas, bem como teses, realizadas com os apoios previstos na bolsa, deve ser expressa a menção de apoio financeiro da FCT e do Fundo Social Europeu, através, nomeadamente, do Programa Demografia, Qualificações e Inclusão (PDQI). Para este efeito devem ser inscritos nos documentos referentes a estas ações as insígnias da FCT, do MCTES, do FSE e da UE, conforme as normas gráficas do programa comunitário de apoio.

A divulgação de resultados da investigação financiada ao abrigo do RBI deve obedecer às normas de acesso aberto de dados, publicações e outros resultados da investigação em vigor na FCT.

Em todas as bolsas, e em particular no caso de ações apoiadas por financiamento comunitário,

designadamente do FSE, poderão ser realizadas ações de acompanhamento e controlo por parte de organismos nacionais e comunitários conforme legislação aplicável nesta matéria, existindo por parte dos bolseiros apoiados a obrigatoriedade de colaboração e de prestação da informação solicitada, a qual abrange a realização de inquéritos e estudos de avaliação nesta área, ainda que a bolsa já tenha cessado.

16. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO

A FCT promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

17. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL

O Concurso rege-se pelo presente Aviso de Abertura, pelo Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, aprovado pelo Regulamento nº 950/2019, publicado na II Série do DR de 16 de dezembro de 2019, pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na redação em vigor, e pela demais legislação nacional e comunitária aplicável.